



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVO ITACOLOMI

AV: 28 de Setembro 711 - fone/fax: (43) 3437-1116

CEP 86895-000 - NOVO ITACOLOMI - PR

CNPJ 95.639.472/0001-03

LEI Nº 1.991/2021

Súmula: Dispõe sobre a Taxa de Administração do Instituto de Previdência dos Servidores públicos do Município de Novo Itacolomi e dá outras Providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO ITACOLOMI, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU O PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI;

Artigo 1º- Fica estabelecida a Taxa de Administração para o custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão ou entidade gestora do RPPS do Município, inclusive para conservação de seu patrimônio, a qual deverá observar os dispostos estabelecidos nesta Lei.

§ 1º - O financiamento da Taxa de Administração será efetuada exclusivamente por meio de alíquota de contribuição incluída no plano de custeio da avaliação atuarial do RPPS, da seguinte forma:

I - Apuração, na avaliação atuarial anual, da alíquota de cobertura do custo normal dos benefícios de aposentadorias e pensões por morte, na forma dos arts. 13, 44 e 47 da Portaria MF nº 464, de 18 de novembro de 2018;

II - Adição à alíquota de cobertura do custo normal, a que se refere o inciso I, de percentual de 1% (um por cento) destinado ao custeio da Taxa de Administração, observados os limites previstos no inciso II do caput, na forma do § 1º do art. 51 da Portaria MF nº 464, de 2018;

III - Definição, no plano de custeio proposto na avaliação atuarial, das alíquotas de contribuição do ente federativo e dos segurados do RPPS, suficientes para cobertura do custo normal e da Taxa de Administração, de que tratam as alíneas "a" e "b", na forma do inciso I do art. 48 da Portaria MF nº 464, de 2018;

§ 2º - O limite dos gastos com as despesas custeadas pela Taxa de Administração, obedecerá ao percentual anual máximo de até 3,6% (três inteiros e seis décimos por cento), aplicados sobre o somatório da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao RPPS, apurado no exercício financeiro anterior.

Artigo 2º- Fica instituída a manutenção dos recursos relativos à Taxa de Administração, obrigatoriamente, por meio da Reserva Administrativa de que trata o § 3º do art. 51 da Portaria MF nº 464, de 2018, que:

§ 1º - Deverá ser administrada em contas bancárias e contábeis distintas dos recursos destinados ao pagamento dos benefícios;

§ 2º - Será constituída pelos recursos de que trata o inciso I do caput, pelas sobras de custeio administrativo apuradas ao final de cada exercício e dos rendimentos mensais por eles auferidos;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVO ITACOLOMI

AV: 28 de Setembro 711 - fone/fax: (43) 3437-1116

CEP 86895-000 - NOVO ITACOLOMI - PR

CNPJ 95.639.472/0001-03

§ 3º - Poderá ser objeto, na totalidade ou em parte, de reversão para pagamento dos benefícios do RPPS, desde que autorizado pelo Conselho Municipal de Previdência, sendo vedada a devolução dos recursos ao ente federativo;

§ 4º - Os recursos da Reserva Administrativa serão utilizados para os fins a que se destina a Taxa de Administração, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo.

Artigo 3º- O financiamento da Taxa de Administração deverá observar o previsto no inciso I do caput, sendo vedada a instituição de alíquota de contribuição segregada daquela destinada à cobertura do custo normal dos benefícios, ou de aportes preestabelecidos, não incluídos no plano de custeio definido na avaliação atuarial do RPPS.

§ 1º - Não serão considerados como limite para fins do § 2º, artigo 1º, os recursos realizados com a Reserva Administrativa, decorrentes das sobras de custeio administrativo e de seus rendimentos mensais auferidos.

Artigo 4º- Fica revogado o § 3º do Artigo 13 da Lei Municipal nº 1.127/2014.

Artigo 5º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Novo Itacolomi, aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro de 2021.

Moacir Andreolla
Prefeito Municipal